

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 517.711 - DF (2019/0183016-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : ESEQUIEL SANTOS MOREIRA - DF007920
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : RAFAEL ANTONIO DE SOUZA ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de RAFAEL ANTONIO DE SOUZA ALMEIDA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios assim ementado (fl. 18):

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL, furto simples (ARTIGO 155, caput, DO CÓDIGO PENAL). AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA INCABÍVEL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. A Corte Suprema estabeleceu os seguintes requisitos objetivos para a aplicação do princípio da insignificância: a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica.

2. No caso, as circunstâncias em que o crime ocorreu, a saber, apreensão do réu em flagrante com os objetos do crime no interior de delegacia em obras, que estava cercada por tapumes, demonstra significativo grau de reprovabilidade do comportamento do réu, não se podendo perder de vista, ainda, que os bens que ele tentava subtrair, em regra, não possuem valor ínfimo.

3. Recurso conhecido e desprovido.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por uma pena restritiva de direitos, e 4 dias-multas, em razão da prática do delito descrito no art. 155, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Alega, em síntese, atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância.

Requer a concessão da ordem para absolver o réu com base na aplicação do princípio em questão.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da

Superior Tribunal de Justiça

ordem ou, no mérito, pela sua denegação.

Na origem, o processo n. 2015.05.1.012348-6, oriundo da 2ª Vara Criminal de Planaltina, encontra-se arquivado, com sentença condenatória transitada, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 4/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Requer a impetrante a absolvição do paciente por entender que o caso se enquadra dentro do princípio da insignificância.

Acerca do pedido de aplicação do princípio da insignificância, o Tribunal *a quo* assim se pronunciou (fls. 23-24):

[...].

A Defesa pleiteia a absolvição do réu alegando que a sua conduta não merece a intervenção do Direito Penal pela mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Sem razão.

O princípio da insignificância impede a incidência do Direito Penal nos casos em que a conduta perpetrada pelo autor, embora se subsuma a uma determinada norma incriminadora, produz lesão tão inexpressiva que a conduta do agente não pode ser reputada típica. Este princípio possui íntima relação com o princípio da intervenção mínima, segundo o qual, constatada a ínfima lesividade da conduta ao bem jurídico, ela não deve ser considerada materialmente típica sob o ponto de vista penal, a fim de se evitar punição desproporcional e injusta.

A Corte Suprema estabeleceu os seguintes requisitos objetivos para a aplicação do princípio da bagatela: a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica. A par destes, deve-se atentar, também, às peculiaridades do caso concreto.

No caso, **o réu foi preso em flagrante com os objetos do crime no interior da delegacia em obras, que estava cercada por tapumes, circunstância que demonstra significativo grau de reprovabilidade do comportamento do réu.**

Ainda que o efetivo valor dos objetos do crime não tenha sido apurado nos autos, da descrição dos bens - cabos e esquadrias de alumínio - não se pode olvidar que tais bens, em regra, não possuem valor ínfimo, a fim de atrair a incidência do princípio da insignificância, pois se assim o fosse, não teria interessado ao apelante furtá-los.

Dessa forma, por todo o conjunto probatório acima delineado, mantenho a condenação do apelante como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal, sendo incabível a aplicação do princípio da insignificância.

Como se observa, o Tribunal *a quo* deixou de aplicar o princípio da

insignificância ao caso em questão em razão do significativo grau de reprovabilidade da conduta do réu, *que foi preso em flagrante com os objetos do crime no interior da delegacia em obras, que estava cercada por tapumes*. Frisou também que *ainda que o efetivo valor dos objetos do crime não tenha sido apurado nos autos, da descrição dos bens - cabos e esquadrias de alumínio - não se pode olvidar que tais bens, em regra, não possuem valor ínfimo, a fim de atrair a incidência do princípio da insignificância, pois se assim o fosse, não teria interessado ao apelante furtá-los*.

No que tange ao preenchimento dos requisitos para a aplicação do princípio bagatelar, sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores, a saber: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Na espécie, não é possível constatar nos autos o valor dos objetos furtados, conforme mesmo noticiado pelo decreto condenatório, não sendo tal aspecto, *de per si*, apto para permitir a presunção de que haja irrelevância valorativa. Nesse sentido:

PENAL. FURTO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REINCIDÊNCIA CONFIGURADA. NÃO REALIZAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DA RES FURTIVA. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFERIR A INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "o fato de o réu ser reincidente e ostentar outros registros criminais, inclusive por delitos contra o patrimônio, obsta a aplicação do princípio da insignificância, por evidenciar maior grau de reprovabilidade do comportamento do acusado, salvo quando ínfimo o valor do bem subtraído, o que não se verifica no caso dos autos" (AgRg no AREsp 1150471/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

2. Na espécie, diante da reincidência do condenado e da inexistência de laudo para aferir o valor da res furtiva, resta evidenciada a efetiva lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal incriminadora, o que torna inaplicável o princípio da insignificância.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1720197/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO.

NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 386, VII, DO CPP. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE ROUBO PARA O DELITO DE FURTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. AUSÊNCIA DO LAUDO DE AVALIAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DO VALOR DA RES FURTIVAE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO POR PRESUNÇÃO. OFENSA AOS ARTS. 59 E 68, AMBOS DO CP. DOSIMETRIA. ANÁLISE FAVORÁVEL DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AFRONTA AO ART. 307 DO CP. FALSA IDENTIDADE. TIPICIDADE. SÚMULA 522/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a absolver, condenar, ou desclassificar a imputação feita ao acusado. Óbice do enunciado n.º 7 da Súmula deste STJ.

2. "O fato de não ter havido laudo de avaliação da res furtiva, por si só, já impediria a incidência do princípio da insignificância, em razão de não ser possível presumir que seria de valor irrisório, ante a inviabilidade de se verificar nesta instância os prejuízos resultantes da conduta praticada". (AgRg no REsp 1.413.951/RS, Rel. Min. ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 17/09/2015).

3. É assente neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que é condição sine qua non ao conhecimento do especial que tenham sido ventilados, no contexto do acórdão objurgado, os dispositivos legais indicados como malferidos na formulação recursal, emitindo-se, sobre cada um deles, juízo de valor, interpretando-se-lhes o sentido e a compreensão, em atenção ao disposto no artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, que exige o prequestionamento por meio da apreciação da questão federal pelo Tribunal a quo, de modo a se evitar a supressão de instância.

4. Nos termos do enunciado n.º 522 da Súmula desta Corte Superior de Justiça, "a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é típica, ainda que em situação de alegada autodefesa".

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1265017/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO SIMPLES. HABITUALIDADE DELITIVA. RÉU REINCIDENTE. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE APURAÇÃO DO VALOR DA RES FURTIVA. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A EXPRESSIVIDADE DA LESÃO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 83 DA SÚMULA DO STJ. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR.

Superior Tribunal de Justiça

1. O aresto objurgado afastou a incidência do princípio da insignificância com fundamento na maior reprovabilidade do comportamento do recorrente, já que o crime tratado nestes autos não é fato isolado em sua vida, destacando a sua reincidência em crimes contra o patrimônio, circunstância que evidencia que decidiu em conformidade com a jurisprudência pacífica deste Sodalício.

2. Aliado a esta circunstância, a ausência de laudo para apurar o valor dos bens objeto do crime em tela impede a incidência do aludido postulado, pois não se pode presumir que a res furtiva era de valor insignificante, na linha de precedentes desta Corte Superior de Justiça.

3. Incidência do óbice do Enunciado n.º 83 da Súmula do STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 860.102/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2016, DJe 22/06/2016)

Assim, não é possível a aplicação do princípio da insignificância ao presente caso.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator